

Em defesa do mercado

O PAÍS aguarda definições claras sobre o programa econômico do Governo, prometido para logo após o julgamento de Fernando Collor no Senado. É preciso saber se o presidente Itamar Franco endossará as soluções de mercado, sugeridas por Paulo Haddad e pelo então ministro Gustavo Krause, ou se vai optar por outro caminho, de maior interferência do Estado na economia.

NO caso da privatização, por exemplo, a própria comissão diretora do programa tomou a iniciativa de propor a suspensão dos leilões até que novas regras possam ser estabelecidas. As vendas de estatais não são operações simples: envolvem todo um trabalho prévio de ajuste das companhias, avaliação e sondagem do interesse do mercado. Os investidores em potencial, por sua vez, precisam recorrer a uma complicada engenharia financeira para viabilizar o negócio.

ASSIM, não é boa política anunciarem-se a todo momento alterações nas datas dos leilões e nas condições de venda — como se não bastasse o próprio presidente continuar manifestando, a vários interlocutores, suas críticas à privatização da Usiminas, realizada há mais de um ano. Tudo isso produz instabilidade; a economia não está em fase que estimule investimentos e esse clima reduz consideravelmente o número dos possíveis compradores de estatais.

A DEFINIÇÃO sobre a privatização é de fundamental importância, pois ela mostrará o caminho que o Governo pretende seguir na área econômica. A desestatização é hoje um dos poucos instrumentos com que o país conta para motivar investimentos, sem os quais não haverá crescimento econômico sustentável, capaz de gerar novos empregos e elevar a renda real da população. Assim, ao esclarecer exatamente como e com que entusiasmo pretende promover o enxugamento físico do Estado, o Governo Itamar estará definindo, perante a Nação, o seu próprio perfil.

A DESESTATIZAÇÃO está também indiretamente associada à reestruturação das finanças do setor público, cujo desequilíbrio alimenta a inflação e agrava a recessão. As dívidas contraídas ao longo de anos pelos órgãos públicos e o Tesouro Nacional provocam sangrias nas finanças, drenando todos os recursos que poderiam ser direcionados para a área social (educação, saúde, habitação, transporte de massa etc.). E uma maneira de se estancar essa hemorragia, sem dúvida, é a venda de ativos.

HÁ outros pontos importantes de política econômica que pedem tomada de posição do Palácio do Planalto e de sua equipe econômica. O Governo continuará reduzindo as tarifas

de importação dentro do cronograma já estabelecido ou pretende recuar? Os organismos de controle de preços serão reabilitados ou será mantida a aposta de que a médio prazo o mercado saberá restabelecer o sistema de preços relativos na economia?

O MERCADO não tem varinhas de condão que eliminem obstáculos ao menor toque. Na verdade, a grande virtude do mercado está na inexistência de sistema econômico mais eficiente: ele está para a economia assim como a democracia para a política. E seus defeitos derivam do maior anseio do homem: a liberdade.

NO caso brasileiro, não se trata apenas de uma questão filosófica. A interferência estatal na vida econômica, além de não eliminar as disparidades de renda, criou um grande saco sem fundo, devorador de poupanças, fonte de desperdício e corrupção. Chile, México e Argentina começaram a se livrar da crise crônica quando finalmente admitiram que o melhor caminho para o desenvolvimento era o mercado. O Brasil deu alguns passos em direção a ele, mas ainda longe de alcançá-lo. A continuidade da crise não pode ser atribuída a essa tímida abertura, mas sim a uma enorme herança deixada por anos de interferência governamental. Voltar agora atrás seria um desastre.